

A cidade

invisível

Carlos Eduardo S. Maia*

RESUMO

Neste artigo, buscamos sucintamente realizar uma reflexão acerca da “Cidade Invisível”. Iniciamos tal empreitada buscando nos urbanistas (Mumford), tanto quanto nas teorias científicas tradicionais

(Ladrière), as matrizes iniciais de inspiração, e a concluímos apresentando nossa compreensão sobre esta temática.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade Invisível ; Arquétipos Urbanos.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma série de novas temáticas, inspiradas em cânones de inteligibilidade diversos, tem despontado na Geografia. Patente parece ser, nesse contexto, a tentativa de se superar os “tradicionais discursos versando sobre ‘a realidade visível e presente’”, fato que tanto contribui para enriquecer os debates teórico-conceituais quanto para ampliar o campo das dúvidas e incertezas.

No presente trabalho, com o objetivo de, quiçá, inflamar tais debates e fomentar novas dúvidas, encetamos algumas reflexões sobre “a cidade invisível”, assunto que, a nosso ver, tem sido pouco explorado. Para tanto, recuperamos a leitura científica de Mumford e, a seguir, as reflexões fenomenológicas de Ladrière acerca desse tema. Posteriormente, sumariamos alguns arquétipos que perpassam a compreensão genérica da grande cidade, visitando, ligeiramente, a filosofia clássica grega e a Bíblia. Cabe ressaltar que a leitura dessas fontes não é do tipo analítica (filosófica ou religiosa), mas de-monstrativa. Seguem-se algumas notas conclusivas.

2. MUMFORD: A CIDADE INVISÍVEL ENQUANTO A NOVA GRADE FUNCIONAL URBANA

Mumford, em sua volumosa obra *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, apresenta-nos uma concepção interessante de cidade invisível ao discorrer sobre “o mito da megalópolis”. Suas incursões nessa temática começam pela elucidação de certos aspectos da decadência da civilização metropolitana, aproveitando para criticar os sociólogos e economistas que projetam uma “megalópolis universal, mecanizada, padronizada, como meta final da civilização urbana” (Mumford, 1991, p. 570). Alicerçado num pensamento antropológico-histórico-organicista, o citado autor combate tais pesquisadores, cuja perspectiva analítica legitima os padrões de desenvolvimento mecânico vigentes na metrópole. Pode-se até mesmo dizer que sua reflexão sobre a cidade invisível a partir do “mito da megalópolis” objetiva exatamente contrapor o mecânico, o quantitativo e o gigantismo decorrentes dos padrões de produção e de consumo oriundos da moderna civilização ao orgânico, qualitativo e autônomo.

A supressão do orgânico pelo mecânico e o agigantamento são expostos pelo autor em diversas dimensões da organização metropolitana e tidos como consignadores dos recursos inexoráveis do modelo fabril e do consumo em larga escala. A título de exemplo da projeção do modelo fabril na organização metropolitana Mumford menciona os seguintes fatos:

Os padrões da fábrica e do mercado prontamente se difundiram para as demais instituições da metrópole. Ter o maior museu, a maior universidade, o maior hospital, a maior loja de departamentos, o maior banco, a maior corporação financeira, era cumprir a mais alta exigência urbana (...) Em suma, todas as bem-sucedidas instituições da metrópole repetem, em sua própria organização, o gigantismo sem meta do todo. (Mumford, 1991, p. 573)

Em relação ao império do consumo de massa, o referido autor profere:

Graças a uma centena de anexos e controles bem inventados, visíveis e subliminares, os trabalhadores de uma economia em expansão acham-se ligados a um mecanismo de consumo: têm a garantia de ganhar a vida, desde que devorem, sem indevida seletividade, tudo o que é oferecido pela máquina – e nada exijam que não seja por ela produzido. A organização inteira da comunidade metropolitana é destinada a matar a espontaneidade e a direção própria. Para-se na luz vermelha e segue-se na verde. Vê-se aquilo que se deve ver, pensa-se naquilo em que se deve pensar (...) Escolher, selecionar, discriminar, exercer a prudência, a continência, ter padrões diferentes daqueles do mercado e estabelecer limites diferentes dos do consu-

mo imediato – tais são ímpias heresias que desafiarão todo o mito megalopolitano e desinflationariam sua economia. (Mumford, 1991, p. 589)

Paralelamente ao adensamento dos meios mecânicos de agigantamento e aglomeração, segue-se o “monopólio metropolitano” nos planos político (a começar pelo fato de a sede do governo ser localizada na grande cidade), econômico (a metrópole é o “reservatório natural de capital”) e ideológico (aí instaura-se um *modus vivendi*, mediante a atuação das agências de propaganda e publicidade, da mídia em geral, que é tido como “modelo”). A existência de uma (in)eficiente “burocracia tentacular” (alimentada pelo “monopólio metropolitano”, e estendendo seus “tentáculos” especialmente para os setores financeiro, de seguros e de propaganda) é condição indispensável a isto¹.

Repara-se ainda a supressão do orgânico pelo mecânico na própria definição dos limites da cidade, principalmente nas áreas difusas de conurbação. Nesses espaços, ocorre um “crescimento canceroso”, disforme e inorgânico, criando limites imprecisos num tecido urbano em que a “deformidade do todo é refletida na parte individual” (Mumford, 1991, p. 586). Cabe relevar que tal crescimento desordenado da metrópole não pode ser tido como mero produto dos avanços técnicos, posto que

...ao contrário do que diz a crença popular, o crescimento das cidades antecedeu os decisivos progressos técnicos dos últimos dois séculos. Mas a fase metropolitana só se tornou universal quando os meios técnicos de congestionamento se tinham tornado adequados e seu uso proveitoso para aqueles que os manufaturavam ou empregavam. A metrópole moderna é, antes, um notável exemplo de um singular atraso cultural, dentro do domínio da própria técnica: quer dizer, a continuação, por meios

técnicos altamente adiantados das formas e fins obsoletos de uma civilização socialmente retardada. (Mumford, 1991, p. 589)

O crescimento difuso da metrópole pela “quebra dos limites”, rompendo com antigas formas orgânicas de solidariedade², não se traduz na abdicação ou na descentralização do poder metropolitano sobre as unidades menores; pelo contrário, na metrópole a palavra de ordem é “processar” e através dela é exercido o controle pela classificação de “bens materiais e espirituais”. O poder da metrópole, por intermédio de seus “mecanismos de processamento que não podem ser empregados a não ser numa dimensão de massa”, aniquila toda singularidade e submete todos os aspectos da vida a algum tipo de controle: “controle do tempo, controle do movimento, controle da associação, controle da produção, controle dos preços, controle da fantasia, controle das idéias” (Mumford, 1991, p. 584-585)³. Neste ambiente com capacidade ímpar de “controlar e submeter” restringe-se o diálogo, mesmo em suas formas mais banais. Em seu lugar, sonoriza-se o “barulho”, assim verbalizado por Mumford:

O ruído de papel amassado é o som fundamental da metrópole. O que é visível e real no mundo é apenas aquilo que foi transportado para o papel, ou o que foi mais eterizado ainda num microfilme ou numa fita magnética. Os mexericos essenciais da metrópole não são mais os mexericos de gente que se encontra face a face nas encruzilhadas, à mesa de jantar, no mercado; algumas dúzias de pessoas que escrevem nos jornais, uma dúzia a transmitir pelo rádio e televisão, proporcionam a interpretação dos acontecimentos e movimentos cotidianos, com despreocupada correção profissional. Assim, até as mais espontâneas atividades humanas passam a ter uma supervisão profissional e um controle centralizado. (Mumford, 1991, p. 590)

Para o autor em questão, o controle mecânico da metrópole não é um fato indelével, ou seja, é possível a construção de uma nova “cidade mundial” integrada organicamente com as cidadelas menores. Entretanto, para que isto ocorra é necessária uma reorganização profunda do complexo metropolitano mediante a descentralização de funções e a reintegração cooperativa dos indivíduos e das instituições urbanas. A “cidade invisível” emerge enquanto *locus* desta reorganização radical, viabilizando a interação orgânica das diversas cidades visíveis. Esclareçamos isto melhor.

Mumford considera que a “cidade visível” é aquela do mundo aberto na superfície, na qual, em determinados espaços, têm-se reunidas algumas funções que se otimizam pela possibilidade de superposição ou pela proximidade locacional. Por outro lado, a “cidade invisível” é aquela do mundo “aberto no interior, penetrado pelos raios e emanações invisíveis, respondendo aos estímulos e forças abaixo do limiar da observação habitual” (Mumford, 1991, p. 607). Sobre a formação da cidade invisível (de “eterização” das instituições existentes), que assume dimensão planetária e inter-regional, o citado autor tece os seguintes comentários:

Muitas das funções originais da cidade, outrora monopólios naturais, a exigir a presença física de todos os participantes, foram hoje transpostas para formas suscetíveis de transporte rápido, desdobramento mecânico, transmissão eletrônica, distribuição mundial. Se uma aldeia remota pode ver o mesmo filme ou ouvir o mesmo programa de rádio que o centro mais populoso, ninguém precisa viver no centro ou visitá-lo para tomar parte naquela atividade particular. (Mumford, 1991, p. 607)

A cidade invisível, a “nova grade funcional urbana”, é tida por Mumford como uma “resposta orgânica às necessidades do dia de hoje”

(Mumford, 1991, p. 607), podendo promover mudanças prementes no complexo metropolitano, tais como: a descentralização de funções, o resgate da especificidade participativa de cada cidadela ou grande metrópole no sistema de cooperação interurbana e a sua rearticulação cultural, o remate do monopólio metropolitano e a promoção da autonomia.

Porém, Mumford adverte que “a nova grade, em todas as suas formas, industrial, cultural, urbana, presta-se a utilizações tanto boas quanto más” (Mumford, 1991, p. 607), e cabe ao homem não consentir que antigas associações mecânicas aí se proliferem e que os “materiais de construção” desta nova grade, já disponíveis, não venham a “ser mal utilizados e pervertidos pelos sistemas políticos existentes” (Mumford, 1991, p. 610).

É importante salientar que, na cidade invisível, os limites físicos, culturais ou políticos são superados pelo sistema de redes: redes de energia elétrica, de radiodifusão, de transporte, de telefonia, de computadores, etc. Com o sistema de redes, que integra com relativa independência as partes ao todo, o “amontoamento” dá passagem à articulação, e cada unidade fornece sua contribuição à totalidade do conjunto sem ser tragada pelo mesmo. “Isso restitui à região sua autonomia apropriada, sem impedir – aliás, encorajando-os mesmo – os processos universais” (Mumford, 1991, p. 610).

Concluindo esta exposição da concepção de Mumford sobre a cidade invisível faz-se bastante elucidativa a seguinte máxima:

A rede elétrica, e não o recipiente da Cidade de Pedra, oferece a nova imagem da cidade invisível e dos muitos processos a que ela serve e incentiva. Não é só o modelo da própria cidade, mas cada instituição, organização e associação que compõe a cidade, que serão transformados por esse desenvolvimento (Mumford, 1991, p. 610).

3. LADRIÈRE: A EMERGÊNCIA DA CIDADE INVISÍVEL NO IMAGINÁRIO

Em Ladrière (1979) encontramos um discurso da cidade invisível norteado por abordagens fenomenológicas. Tal autor, desse modo, não se preocupa em expor possíveis explicações/relações causais para a relação visível/invisível, mas sim em compreender as implicações entre estes modos de ser da realidade numa instância fundante⁴. Podemos dizer então que Ladrière, ao contrário de Mumford, volta-se à cidade invisível em busca da “essência” que a faz emergir enquanto tal, o que instaura em seu discurso uma crítica contundente às “tradicionais pesquisas” que forjam uma visão analítica da cidade, tratando-a como um “espaço topológico abstrato”. A seu ver, nesse tipo de visão, em que se discriminam as funções da cidade e forja-se uma “totalidade” mediante a integração das “n” funções que a mesma possa ter, é realizada uma apropriação de sua realidade concreta de forma caricatural⁵.

Em não se interessando pelos tipos e relações das funções da cidade, mas pelo seu simbolismo, sua poética, Ladrière nos propõe uma “apreensão sintética” (antecipada através do nome), a qual seria “anterior a todas as funções que a análise eventualmente pode distinguir” (Ladrière, 1979, p. 166). A fim de esclarecer como tal apreensão se efetiva, Ladrière recorre à “Fenomenologia da Percepção” de M. Merleau-Ponty; referenciando-se à passagem onde este esclarece como Paris “mostrou-se” a ele de forma imediata.

Nessa passagem, conforme destaca Ladrière, M. Merleau-Ponty empenha-se em revelar que a cidade já está “totalmente aí” desde o primeiro contato que com ela mantivemos. Não se deve pensar, entretanto, que, nesse contato, a cidade esteja “totalmente aí” como “coisa formada”, ou que a mesma se apresente enquanto somatório logicamente elaborado de percepções. A cidade já está totalmente aí, complementa o autor, como

“anúncio”, à maneira de um “sentido latente” que a toma como todo; e o “todo não é uma adição de partes, mas manifestação progressiva de si” (Ladrière, 1979, p.169).

Enquanto “anúncio”, esta visão sintética da cidade é uma concretude antecipada, anterior a qualquer forma de análise, de decomposição de “um todo” em partes; mas, ao mesmo tempo, espera e incerteza (tal como aquele “sentimento” que temos na audição de uma música, quando, nas primeiras notas, já “apreendemos toda a sua composição melódica”).

...Precisamente, a exploração da cidade, que se faz no decorrer dos dias, meses e anos, no decurso de toda uma vida, é o desdobramento desta primeira visão, é a confirmação incessante e ao mesmo tempo a retificação da espera inicial; é como dizem os fenomenólogos, o preenchimento concreto daquilo que a primeira percepção já continha (Ladrière, 1979, p.169).

Após realizar tais considerações, Ladrière dedica-se a investigar com maior atenção a cidade à maneira de uma totalidade e a buscar sua “essência”. O caminho por ele escolhido para chegar a tal “essência” não é o da generalidade traduzida na “cidade reificada” e situada aquém ou além da “cidade vivenciada” pelo “sujeito” enquanto ser situado. Suas investidas voltam-se, isto sim, para a singularidade da apreensão “afetiva” – “capacidade de ser afetado por” – cultivada no “sujeito”. Em se salientando este plano da essência (no qual tornamo-nos expostos e receptivos, tanto quanto dispostos a superar o imediatismo da “cidade percebida e reificada”), desvela-se o “imaginário” na qualidade de lugar da cidade como totalidade.

O imaginário, em se dando na esfera da afetividade, constitui-se no “lugar de uma visão singular, é o espaço invisível em que precisamente encontramos as essências” (Ladrière, 1979, p. 171). Este, por conseguinte, não é um constru-

to teórico elaborado mediante abstrações, e menos ainda pode ser tido como resultante de processos temporais sucessivos (apreensão e reconstrução do já vivido numa perspectiva sequencial-linear do tempo).

A cidade invisível mostra-se no imaginário. Todavia, para que haja esta revelação é necessária a cidade de concreto e gente, com seus monumentos, praças, avenidas, prédios, rumores, etc. A cidade visível (materialidade) chama ao imaginário a cidade invisível não como invenção, mas como emergência. Neste sentido, diz Ladrière, “não se trata simplesmente de impulsionar a imaginação criadora (...) trata-se do próprio movimento de manifestação” (Ladrière, 1979, p. 171).

A seguir, Ladrière especula sobre a “afetividade” enquanto uma das possibilidades do “corpo sujeito” (1979, p.182), recorrendo, mais uma vez, à M. Merleau-Ponty e, ainda, a M. Heidegger. A partir dessas especulações, ele observa que ao permitirmos que o nosso “corpo sujeito” (corpo abertura ao mundo⁶) seja afetado pela “coisa dada”, quer dizer, estabeleça com a mesma certa “afetividade”, constituímos uma unidade de sentido “concreta e situada”, que se traduz em uma compreensão de cidade, a partir de uma experiência espacial que está, necessariamente, “sempre aí presente”. Neste sentido, “a cidade é essência afetiva enquanto ela é um indutor afetivo ou um indutor existencial, isto é, quando podemos reconhecer nela, por ressonância, uma certa tonalidade afetiva que qualifica nosso movimento existencial” (Ladrière 1979, p. 183).

Poder-se-ia dizer que a cidade é indutor existencial por ser um “espaço habitado”, ou seja, um espaço constituído na relação corpo efetivo/corpo virtual⁷, e não simplesmente um espaço ocupado por um “sujeito” que simplesmente “está no espaço”. Enquanto firmado num “espaço habitado”, aquele horizonte compreensivo, em qualquer ocasião, comporta algo a ser descoberto, pois na cidade como totalidade há sempre facetas que permanecem ocultas, alimentando e desafiando

as significações. Por isso, a cidade jamais é um “mero dado”, posto que é revelação.

Mas em que consiste esta revelação? Finalmente, que nos ensina o espaço? É a própria cidade que se revela, não como aparência, mas como essência afetiva (...) Sua maneira de se dar, não é estar aí presente em pessoa, uma vez por todas, mas é sempre em se anunciando...

*Que revelação é esta? (...) É uma doação, que só se apresenta como anúncio. Porque esta revelação de que tratamos, nunca é completa, por consequência, nunca é mais que um pressentimento. Mas este pressentimento acorda-nos com o que é de ordem da qualidade. E a qualidade que assim se anuncia pertence ao invisível... (Ladrière, 1979, p. 187)**

4. A CIDADE INVISÍVEL DADA EM “ARQUÉTIPOS”

Nesta parte do trabalho, visamos a pensar a cidade invisível como aquela de conteúdo arquetípico: não em seu significado platônico, ou seja, enquanto uma idéia pura e perfeita, de natureza metafísica, independente da existência de mundo; ao contrário, inspirados na visão de C. G. Jung⁸ de “arquetipos” e em nossas próprias tendências fenomenológicas⁹, concebemo-la como as “imagens primordiais de cidade” que perpassam a “vivência de todos os mundos, em todos os tempos”. Tentemos aclarar essa instância invisível respondendo uma pergunta elementar: “o que é a cidade?”. Começemos a responder tal pergunta, tomando, primeiramente, a imagem da cidade como um agrupamento de pessoas com vistas a uma realização comum: a melhor convivência com o outro. Neste sentido, a cidade é, segundo Aristóteles (1951, p. 1), um tipo de associação com vistas à “vida feliz”. No Gênesis (1980, p. 29), o meio onde Caim redime-se e constitui família após levar vida errante. Mas há pouco não nos *reproximu*, mas como *extra-*

neu, e, enquanto tal, constituo consigo um melhor convívio tendo-o à maneira de um “mero alguém afastado”.

A cidade, enquanto “associação constituída visando um bem” (Aristóteles, 1951, p. 1), é também diversidade. A diversidade, uma de suas imagens mais significativas, foi tida por Aristóteles como uma “pluralidade” natural e inerente à organização política, pois “a cidade não só está constituída por uma pluralidade de homens, como também estes são de classes diferente, porque de indivíduos semelhantes não se forma uma cidade” (Aristóteles, 1951, p. 28). Em terreno bíblico (Gênesis 11, 1980, p. 35), porém, a diversidade (“Babel” – confusão) resulta de castigo divino imposto aos filhos de Adão que pretensiosamente almejavam atingir o céu de modo mundano; traduzindo, em efeito, a subordinação do poder e da união humana aos desígnios de Deus.

Em se considerando tal arquétipo, a previsão de uma megalópolis “padronizada”, que desperta tanta preocupação em Mumford, pode ser tida como um mero delírio de idealistas, e não como uma realidade próxima a se realizar, pois ao mesmo tempo em que “padrões de desenvolvimento mecânico” conformam o homem, geram também infundáveis diferenças.

Associamos ainda a cidade com as imagens de grandeza e riqueza que, na “cidade santa”, se harmonizam e compõem um quadro de inigualável perfeição e esplendor:

A cidade é quadrangular, tão comprida como larga. Mediu a cidade com a cana de ouro até doze mil estádios; o seu comprimento, a sua altura e a sua largura são iguais. Mediu também o seu muro até cento e quarenta e quatro côvados, medida de homem, que era a do anjo. O muro era construído de pedra de jaspe, e a mesma cidade de ouro puro, semelhante a vidro límpido. Os fundamentos do muro da cidade ornados de toda qualidade de pedras

preciosas (...) A cidade não tem necessidade de sol nem de lua que a iluminem, porque a claridade de Deus a ilumina e a sua lâmpada é o Cordeiro. (Apocalipse 21, 1980, p. 135)

Todavia, não se deve pensar que razões estéticas, pura e simplesmente, promovam a composição monumental da cidade, pois o planejamento formal e locacional das construções é impregnado de motivos políticos e ideológicos. Aristóteles expôs com clareza os liames existentes entre esta faceta da monumentalidade ao discorrer sobre “as muralhas”, imprescindíveis, em sua época, na defesa frente às invasões, pilhagens ou guerras:

...Porque pensar que as cidades não devem ser cercadas de muralhas é como buscar um território fácil de invadir (...) Deve-se ainda considerar que os que possuem uma cidade rodeada de muralhas podem se servir desta dos dois modos: como amuralhada ou não amuralhada, coisa impossível para os que não a tem. Deste modo, não só se deve cuidar de contornar as cidades com muralhas, como também torná-las (as muralhas) um ornamento adequado e útil para fins bélicos e para fazer frente, inclusive, aos inventos modernos... (Aristóteles, 1951, p.132)

A diversidade, grandeza e riqueza compõem a imagem da cidade como uma construção magnífica e, simultaneamente, discriminativa. Discrimina cidadãos e escravos, homens e mulheres, pais e filhos na “pólis” (Aristóteles, 1951), e malfeitores de benfeitores na “cidade santa”¹⁰. Mas na cidade não se diferenciam apenas os homens entre si, posto que ela própria se distingue e ideologicamente se sobrepõe ao seu “reverso”: o campo. Não citamos, amiúde, o anúncio de um “cidade santa”? Constantemente não são veiculados na mídia os “prazeres da cidade”? Des-

tarte, não seria absurdo que qualquer urbanista contemporâneo reeditasse esse máximo preconceito platônico: “Perdoa-me, meu amigo. Se é desse modo, é porque desejo instruir-me. Os campos e as árvores nada me ensinam, e apenas na cidade posso tomar proveito do contato com os outros homens” (Platão, 1946, p. 18).

A cidade enquanto palco preenchido pela palavra de atores em movimento constante é a última imagem que recuperamos nos ideários aqui acentuados. A palavra (lógos) possibilita a composição de diálogos que se realizam, de modo privilegiado, na pluralidade da cidade. Pode-se até mesmo dizer que ela expressa a completeza da vida urbana muito mais que a materialidade de suas construções, conforme Mumford exara: “Talvez a melhor definição da cidade, em seus aspectos superiores, é a que diz ser ela o lugar destinado a oferecer as mais amplas facilidades de conversação significativa” (Mumford, 1991, p. 133).

Contudo, a palavra tanto pode se traduzir em “cura” e plenitude urbana – conversação significativa, posto que “desveladora” – quanto em “páthos” e decadência: “fala barulhenta”, “logoréia”, “monólogos”. Tomemos como exemplo disto a “fala hipócrita e nulificante” dos escribas e fariseus, que apregoavam uma “fé deturpada”, levando Cristo a estabelecer para Jerusalém o seguinte castigo:

Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te são enviados, quantas vezes eu quis juntar teus filhos, como a galinha recolhe debaixo das asas os seus pintos, e tu não quiseste! Eis que “será deixada deserta a vossa casa”. Porque eu vos digo: Desde agora não me tornareis a ver, até que digais: “Bendito o que vem em nome do Senhor”. (Evangelho segundo São Mateus 23, 1980, p. 1088)

Melhor convivência, diversidade, grandeza e riqueza, discriminação e vozes, tais são os arqué-

tipos, ou seja, as imagens urbanas primordiais constitutivas da cidade invisível, um mundo ativo que desde sempre conhecemos.

5. NOTAS CONCLUSIVAS

Ao perseguirmos o objetivo deste artigo – encetar um debate acerca da “cidade invisível” – procuramos trazer para o campo da Geografia uma temática que, embora relegada pelos estudiosos desta disciplina, parece-nos enriquecedora de nossa limitada visão da realidade urbana.

Verificamos que Mumford, ao tratar o invisível na instância empírica (como fluxos de energia), concebeu a cidade invisível enquanto uma futura rede megalopolitana organicamente integrada. Esta perspectiva incita-nos uma questão básica: - A cidade invisível, em sendo “uma rede”, pode romper com os mecanismo de controle e processamento conforme ele apregoa?

Ora, Raffestin (1980, p.185) nos adverte que a rede é um instrumento de poder e, portanto, pode nos libertar, mas também nos aprisionar. Santos (1996), do mesmo modo revela:

...Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento. (...) A existência das redes é inseparável da questão do poder... (Santos, 1996, p. 214-215)

Tais afirmações quebram, ou, no mínimo, nos levam a pensar com maior cuidado sobre a utopia de se vislumbrar uma cidade invisível organicamente integrada por redes, posto que o controle e a manipulação parecem ser características mais imperativas que a solidariedade.

Conseqüentemente, outro ponto que questionamos nas idéias de Mumford refere-se à sua sugestão de que “a nova grade funcional urbana” – a cidade invisível – reaproximaria as pessoas e as cidadelas da metrópole, elevando as formas de cooperação e interação. Aqui, novamente

constatamos que o autor se enreda num círculo utópico, pois, como destaca Dias, “nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais”. (Dias, 1995, p.148).

Em síntese, podemos dizer que as redes resultantes de engenhos técnicos, sobre as quais o mencionado autor discorre, são seletivas e segregacionistas. Por conseguinte, como podemos compactuar com a sua fé na existência futura de uma cidade invisível daquela espécie?

Ladrière, ao contrário de uma visão reificada do invisível conferida pelo enfoque fatual (a exemplo daquele de Mumford), prefere situá-lo em instância transcendental e compreendê-lo sob a ótica do “imaginário”. Destarte neste autor, a “cidade invisível” é aquela que se mostra no imaginário, à maneira de uma totalidade, enquanto indutor existencial. Apesar de concordamos que tais são a instância e a perspectiva próprias do invisível, não podemos nos furtar a criticar este autor pela sua omissão no tocante ao componente fundamental do imaginário: a imagem mesma. Em nosso trabalho, jogamos uma semente no sentido de se refletir acerca disso, no contexto do nosso tema central, realizando um resgate de arquétipos (horizonte imaginativo fundante) da cidade arraigados em diferentes planos racionalidade – A cidade invisível, segundo nosso modo de pensar.

Oxalá tenhamos contribuído com tal investigação para a emersão de outras interpretações que nos corroborem ou contestem.

NOTAS

* Professor Assistente na Universidade Federal de Goiás e doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Os grifos são do autor

¹ Mumford ressalta que a burocracia tentacular, firmada sobre as finanças, os seguros e a propaganda, garante à metrópole o controle de regiões subordinadas dentro ou além de seu território político, tornando mais

- rápido o “refluxo dos tributos aos grandes centros” (1991, p. 578).
- ² As relações de vizinhança poderiam ser citadas como exemplo dessas formas ancestrais de solidariedade orgânica, cada vez mais escassas num mundo em que a profusão de um “sentido do ter” egoísta e mesquinho transmudam as pessoas à condição de indivíduos isolados e atomizados. Engels traduziu com clareza tal transmutação na seguinte passagem de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*: “Estas centenas de milhares de pessoas, de todos os Estados e todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todas seres humanos possuindo as mesmas qualidades e capacidades e o mesmo interesse na procura da felicidade? E não deverão, enfim, procurar a felicidade com os mesmos métodos e processos? E, contudo, estas pessoas cruzam-se apressadas como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas, e a única convenção que existe entre elas é o acordo tácito pelo qual cada um ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se cruzam não se constituam mutuamente obstáculo; e, contudo, não vem ao espírito de ninguém a idéia de conceder a outro um olhar sequer (...). E mesmo quando sabemos que este isolamento do indivíduo, este egoísmo mesquinho, é em toda parte o princípio fundamental da sociedade atual, em parte alguma ele se manifesta com uma impudência, uma segurança tão completa como aqui, precisamente, na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo” (Engels, 1986, p. 36).
- ³ Essa uniformidade insípida é processada com o apoio de estratégias de publicidade, que, com o auxílio da propaganda, articulam e controlam “os vários outros” na organização metropolitana. Park consignou exemplarmente tal fato desta forma: “Um dos fenômenos característicos da vida citadina e da sociedade baseada em relações secundárias é que a propaganda viesse a ocupar um lugar tão importante em sua categoria. “Nos últimos anos, todo indivíduo e toda organização, que tenha de lidar com o público (...) vieram a ter seu agente de publicidade, que cada vez é menos um publicista do que um diplomata acreditado junto aos jornais, e através deles junto ao mundo (...) A opinião pública torna-se importante como fonte de controle social em sociedades baseadas em relações secundárias, de que as cidades grandes são típicas (...) Nos grupos secundários e na cidade, a moda tende a substituir o
- costume, e a opinião pública, mais do que os ‘mores’, se torna a força dominante de controle social” (Park, 1973, p. 59-60).
- ⁴ As implicações teóricas decorrentes dos diferentes “caminhos” trilhados por Mumford e Ladrière são melhor compreendidas quando se consideram as distinções entre ciência e fenomenologia, observadas do seguinte modo por Donzelli: “Da mesma maneira que o método científico, o método fenomenológico parte da experiência, mas, diferentemente daquele, dela não deriva. Não visa reconstruir o mundo da experiência a partir da submissão da multiplicidade desta a uma lei do entendimento. Não se situa na instância da experiência, mas na instância daquilo que fundamenta e origina a experiência, a instância transcendental. Transcendental, aqui, é aquela unidade de sentido natural anterior a todo juízo, implicada por toda experiência; unidade que não é obtida através da própria experiência. Assim, a experiência do mundo não se baseia em uma outra experiência que consistisse em um ato de reunião de todos os seres configurando o mundo...” (Donzelli, 1988, p. 56)
- ⁵ A “ilusão funcionalista” é também criticada por Sansot, que destaca: “... os urbanistas tiveram, às vezes, a tendência de cometer o erro dos psico-sociólogos do início do século. Eles inventariaram as funções de residência, de lazer, de trabalho. Acreditaram que seria suficiente adicionar funções para as repartir geograficamente e constituir a melhor das cidades. A cidade assemelhou-se a uma soma de comodidades que se devia fornecer ao indivíduo” (Sansot, 1988, p. 256).
- ⁶ Leia-se Merleau-Ponty, 1945.
- ⁷ Leia-se Donzelli, 1988 e Merleau-Ponty, 1945.
- ⁸ Segundo Jung (1984), os arquétipos são imagens ancestrais, símbolos vivos, cujo conjunto forma o inconsciente coletivo, sendo, por assim dizer, seu elemento estrutural. Tais imagens influenciam as produções imaginativas atuais, posto que são as representações mais marcantes de todos os aspectos componentes da trama da vida coletiva.
- ⁹ Esta matriz inspirativa não nos leva, portanto, a considerar “arquétipos” como estruturas psíquicas, mas sim enquanto horizonte imaginativo.
- ¹⁰ ...”Não entrará nela [na cidade santa] coisa alguma contaminada, nem quem cometa abominação ou mentira, mas somente aqueles que estão inscritos no livro da vida do Cordeiro” (Apocalipse 21, 1980, p. 1356).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOCALIPSE. *Bíblia Sagrada*. 36 ed, São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p. 1342-1357.
- ARISTÓTELES. *Política*. (Introducción y notas de Julian Marias). Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1951, 281 p.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da C., CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*, p. 141-165. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 353 p.
- DONZELLI, Telma Aparecida. Método fenomenológico e ciências humanas. *Revista Filosófica Brasileira*, Rio de Janeiro, Depto. de Filosofia/UF RJ, nº1, p. 56-59, 1988.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. (Trad. Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Global, Coleção Bases nº 47, 1986, 391 p.
- EVANGELHO segundo Mateus. *Bíblia Sagrada*. 36 ed, São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p. 1061-1097.
- GÊNESIS. *Bíblia Sagrada*. 36 ed, São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p. 25-74.
- JUNG, C. G. *A Natureza da Psique*. (Trad. Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha). Petrópolis: Vozes, 1984, 402 p.
- LADRIÈRE, Jean. A cidade, indutor existencial. In: *Vida Social e Destinação*. (Trad. Maria Ivone de S. O. C. Silva). São Paulo: Convívio, 1979, p. 164-90.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Gallimard, 1945, 465 p.
- MUMFORD, L. *A Cidade na História*. (Trad. Neil R. da Silva). 3 ed, São Paulo: Martins Fontes, 1991, 741 p.
- PARK, Robert E. A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 26-67
- PLATÃO. *Diálogos: Fedro*. (Traducción de Patricio de Azcarate). Buenos Aires: Argonauta, 1946. p. 13-86
- RAFFESTIN, C. *Pour une Géographie du Pouvoir*. Paris: Litec, 1980, 249 p.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

ABSTRACT

This article presents some reflexions on "the invisible city". Our goal is to expose "invisible" as the basic instance of urban reality seizure in a more extended way. We've thus searched our initial arrays of inspiration on the thoughts of city planners (Mumford) as much as on traditional scientific theories (Ladriere) in order to present our comprehension on this theme.

KEYWORDS:

Invisible City; Urban Archtypes.